

Brasil rejeita novos choques para economia

Walter Kuroda *

Afinal a crise que atualmente atra- vessamos é política ou econômica, ou um misto de cada um destes componentes?

Qualquer que seja o diagnóstico, parece certo que a solução desejada pela sociedade repudia aquela que atue sobre o efeito somente ou, ainda, que transfira para o futuro seu equacionamento.

Após pelo menos cinco planos, a sociedade brasileira saturou-se de pacotes concebidos em ambientes dissociados da realidade em que vivemos, de servir como laboratório de experimentos, que cada vez mais têm agravado nossa situação, ao invés de nos aproximar do caminho da modernidade, do bem-estar social, da real democracia.

Assim, devemos descartar, definitivamente, soluções que passem pela dolarização da economia, choques heterodoxos com congelamento de preços e salários, mudança desta ou de outra equipe econômica, ou de qualquer medida que venha violar a nossa Constituição.

Dolarizar a economia pode ser uma tentação, após nos certificarmos de que nossos vizinhos argentinos tiveram, em agosto último, uma inflação de 1,3%. Mas, isoladamente, a solução argentina, absolutamente, não resolve nossos problemas. Além disso, é necessário lembrar que, quando o ministro Cavallo propôs a *Ley de Convertibilidad* ao Congresso argentino, as reservas cambiais portenhelas superavam sua base monetária, podendo o governo, desta forma, garantir a venda de dólares a quem quisesse, na paridade fixa de dez mil austrais por dólar, no inicio de abril de 1991.

O efeito *Orloff* — o plano argentino de hoje é o brasileiro de amanhã — realmente não se aplica ao Brasil. Em agosto, nossas reservas eram da ordem de US\$ 8,4 bilhões, enquanto a soma do papel-moeda em poder do público mais os depósitos à vista, US\$ 12 bilhões. Como se vê, a conversão neste caso seria inviável. Aos US\$ 12 bilhões, para complicar mais um pouco a dolarização, seria necessário somarmos aquelas quase moedas como DER, FAF e Títulos Públicos, agregando em agosto algo como US\$ 25 bilhões, e que em economês representa um M2 de US\$ 37 bilhões. Assim, precisaríamos, pelo menos, 340% mais de reservas cambiais para podermos dolarizar a nossa economia.

A outra possibilidade seria securitizar as quase moedas transformando-as em títulos de longo prazo, com indexador, por exemplo, cambial. Mas, isto é viável? E o que a sociedade aprova e quer? Mais uma vez estariamos tentados a copiar apenas parte da solução, sem estarmos buscando um projeto de longo prazo?

Outra solução de que, nos parece, queremos distância é a de choques heterodoxos, onde preços e salários são congelados, gerando, como já tivemos várias oportunidades de observar, distorção nos preços relativos, achatamento salarial, recessão da economia, e, quando do descongelamento, maiores distorções e aceleração inflacionária. Choque heterodoxo, portanto, só faz sentido quando utilizado temporariamente, enquanto se promovem ajustes estruturais dentro da economia, buscando efetivamente equacionar o déficit público e viabilizar um crescimento econômico saudável.

Deste modo, analisando o sucesso relativo de países que vêm superando suas crises internas, diminuindo substancialmente suas inflações, captando recursos externos, obtendo apoio de órgãos internacionais como FMI, BID e Clube de Paris e, mais importante, aumentando o bem-estar de suas populações, concluimos que os pontos em comum que estes países adotaram passam por dois grandes blocos: déficit público e abertura da economia. Não estamos nos referindo a países do Primeiro Mundo, muito pelo contrário, referimo-nos a países latino-americanos que, alguns mais recentes e outros já há mais tempo, elaboraram e aplicaram projetos de ajuste econômico com visão de longo prazo. Dentre estes podemos mencionar México, Chile, Venezuela e Argentina.

Em todos estes países, a redução do déficit público passou pelo aumento de receitas, via política realista de tarifas, diminuição da quantidade de impostos e burocracia, aumento da receita de impostos pela diminuição de sonegação e, em alguns casos, pelo aumento de contribuintes e redução de alíquotas de impostos, eliminação de subsídios, programas de demissão voluntária de funcionários públicos e diminuição do tamanho do Estado, principalmente, através da privatização.



A abertura da economia destes países passou por um processo onde a desregulamentação permitiu simplificar tremendamente os anteriores intrincados processos alfandegários, as tarifas de importação foram gradativamente reduzidas, de modo transparente e de conhecimento geral dos empresários, de forma que os ajustes se dessem de modo o menos traumático possível, os investimentos estrangeiros deixaram de ser vistos como instrumentos de dominação capitalista, mas sim como forma de viabilizar a retomada do desenvolvimento econômico. Alguns dos países mencionados encontram-se ainda no processo de ajuste, como o caso da Argentina e da Venezuela.

O Chile já consolidou a estabilidade de sua economia e hoje representa um dos pólos mais atrativos de capital estrangeiro, captando, nos últimos quatro anos, em média, alguma coisa em torno de 5% de seu PIB, anualmente. Sua reforma iniciou-se com Pinochet e foi mantida por seu sucessor, Patricio Aylwin.

O México, apesar de ter começado sua transformação a partir do Pacto de Solidariedade Econômica no governo de Miguel de La Madrid, em dezembro de 1987, já em 1982, quando Carlos Salinas Gortari, 32 anos, era o ministro do Planejamento, iniciava o projeto de privatização de estatais deficitárias. Atualmente, cerca de 800 empresas estatais já foram privatizadas, estando o processo no fim, faltando telefonia e sistema bancário e sendo Gortari o presidente da República.

A Venezuela iniciou sua reforma com Carlos Andres Peres, em 1989, e já em 1991 a economia deve crescer 10%, a inflação, antes em ascensão, deve fechar o ano em torno de 30%, as exportações devem ampliar-se quase 50%, atingindo a respeitável cifra de US\$ 18,5 bilhões, e a privatização deve atrair, este ano, US\$ 2,5 bilhões, sem incluir a telefonia, que representa US\$ 2 bilhões adicionais.

A Argentina, apesar de ter experimentado sucessivos planos e vários ministros da Economia — só no governo Menem foram quatro —, parece agora estar trilhando o caminho de sua redenção. Observando os surtos inflacionários, constatam-se, em julho de 1989, 196%, março de 1990, 96%, e fevereiro de 1991, 27%, ou seja, os vários planos foram agregando resultados ao combate inflacionário e ajustes à economia. E a dolarização, antes de trocar a moeda do país, na realidade devolveu confiança ao povo em sua própria moeda. Talvez, o mais correto seja, então, falarmos em australização da economia argentina. A privatização da Argentina, iniciada na gestão do ministro Erman Gonzales, um pouco antes de sua substituição por Domingos Cavallo, atualmente, já apresenta um volume, nada desprezível, de US\$ 10 bilhões, sendo que Aerolineas Argentinas e Entel (Embratel argentina) representam US\$ 7 bilhões.

Há duas décadas, comparávamos nossa economia com a de países do Primeiro Mundo, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, entre outros, como forma de apurarmos o *gap* que nos separava da modernidade, do desenvolvimento econômico, político e social. Hoje, nos compararmos com nossos vizinhos latinos e constatarmos que, e em relação a alguns destes, estamos atrasados. E o futuro? Estaria o nosso diagnóstico equivocado? A solução de nossa crise, quer seja ela política ou econômica, estaria na eliminação do déficit público e na abertura da economia? Os países latinos, por nós mencionados, servem como paradigma? Não poderíamos usar as boas medidas por eles adotadas?

A discussão mais ampla, com toda a sociedade engajada, talvez possa nos propiciar uma ou mais respostas. Não devemos desanimar, pelo contrário, devemos sim continuar buscando as respostas que ajudem a superar a atual crise que vivemos e descobrindo de que forma podemos contribuir no processo de decisão, para que as soluções sejam compatíveis com o mundo real em que vivemos e que venham efetivamente ao encontro de nossas aspirações.

Precisaríamos de 340% mais em reservas cambiais para dolarizar a nossa economia